

# Estrangeirização de terras nas Relações Internacionais do Brasil

GABRIEL DE AZEVEDO SOYER\*  
RICARDO BARBOSA JR\*\*

**R**esumo  
A crise financeiro-alimentar de 2007/8 aumentou a desconfiança na capacidade do mercado internacional em gerir as relações agroalimentares, levando a uma onda global da estrangeirização de terras (ET). Há alguns esforços em compreender a ET a partir das Relações Internacionais (RI) no Brasil, mas não há um entendimento geral a respeito de como o fenômeno tem sido estudado na disciplina. Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é caracterizar e analisar a forma com que a ET é abordada no estudo das RI no Brasil; para tanto, analisam-se suas expressões e alcance no Brasil, país considerado simultaneamente espaço e agente da ET globalmente. O estudo empreende uma meta-análise baseada em ampla e sistemática revisão bibliográfica das revistas brasileiras de RI. Aponta-se que a despeito de as RI terem avançado internacionalmente nesta agenda, a ET ainda é pouco estudada nas RI brasileiras, prevalecendo abordagens da Economia Política Internacional, o que deixa a descoberto importantes dimensões de análise. Aponta-se que a Geografia é a disciplina que, no Brasil, mais tem se dedicado ao tema. Este artigo mapeia e apresenta essas questões buscando oferecer subsídio inicial ao estudo da emergente agenda da ET nas RI do Brasil.

Palavras-chave: estrangeirização de terras; Relações Internacionais do Brasil; meta-análise.

## Resumen

La crisis financiera-alimenticia de 2007/8 aumentó la desconfianza en la capacidad del mercado internacional de gestionar las relaciones agroalimentarias, provocando una ola de acaparamiento de tierras (AT). Existen algunos esfuerzos destinados a comprender lo AT a partir de las Relaciones Internacionales (RRII) en el Brasil, pero no hay un entendimiento en general a respecto de cómo el fenómeno ha sido estudiado en la disciplina. En ese sentido, el objetivo principal de este artículo es el de caracterizar e analizar la forma en que la AT es abordada en el estudio de RRII en Brasil; por lo tanto, se analizarán sus expresiones y alcances en Brasil, país considerado simultáneamente espacio y agente de la AT globalmente. El estudio utiliza una meta-análisis basada en una amplia y sistemática revisión de bibliografía de las revistas brasileras de RRII. Se apunta que en lo que atañe al avance internacional de las RRII en esta agenda, la AT aun es poco estudiada en el estudio de RRII brasilerero, prevaleciendo los abordajes de Economía Política Internacional, lo que deja en descubierto importantes dimensiones del análisis. También se indica que, hasta el

---

\* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. E-mail: soyergabriel@gmail.com.

\*\* Mestrando em Geografia pela University of Calgary - Canadá. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: ricardo.barbosajr@ucalgary.ca

momento, la Geografía es el campo de estudio que más se ha dedicado a la investigación del tema. Este artículo mapea y presenta tales cuestiones buscando ofrecer subsidio inicial al estudio de la agenda emergente de lo AT en las RRII de Brasil.

Palabras claves: acaparamiento de tierras; RRII de Brasil; meta-análisis.

#### Abstract

The 2007/8 financial and food crisis heightened mistrust of the international market's ability to manage agrifood relations; leading to a global wave of land grabs (LG). There are some efforts to understand LG through International Relations (IR) in Brazil, but there is no general understanding as to how the phenomenon has been studied in the discipline. In this sense, the main objective of this article is to characterize and analyze the ways in which LG is studied in Brazilian IR; for that, its expressions and reach are analyzed in Brazil, a country considered simultaneously space and agent of LG globally. This study carries out a meta-analysis based on an extensive systematic bibliographical review of Brazilian IR journals. It is found that despite the fact that IR has advanced this agenda internationally, LG is still sparsely studied in Brazilian IR, with International Political Economy approaches prevailing, which undermines important dimensions of analysis. In Brazil, Geography is the discipline that has most contributed to the subject. This article maps and presents these questions seeking to offer initial support to the emerging LG agenda in Brazilian IR.

Keywords: land grabbing; Brazilian International Relations; meta-analysis.

#### Estrangeirização de terras nas Relações Internacionais do Brasil

##### Introdução

O processo histórico de apropriação do território pelo capital estrangeiro, denominado de estrangeirização de terras (ET), tem aumentado na última década e pode ser compreendido como o avanço do capital de países considerados ricos e emergentes que atinge países pobres e também emergentes sob forma de aluguel ou compra de grandes extensões de terras para produção agrícola (Fernandes, 2011). O aumento de terras sob o domínio de indivíduos e empresas estrangeiras é tema controverso que tem sido discutido por governos, movimentos sociais e pela academia (Mann & Bonanomi, 2017). Certos governos e empresas nacionais reconhecem a ET como uma oportunidade de desenvolvimento e buscam atrair investimentos estrangeiros. No entanto, movimentos sociais se posicionam contra e denunciam a ET.

A crise financeiro-alimentar de 2007/8 acarretou na falta de alimentos e no aumento do preço de combustíveis resultando no drástico aumento da ET, período denominado de 'corrida global por terras (*global land rush*)' (Sauer & Borras Jr, 2016, p. 8). A 'estrangeirização de terras' ou *land grabbing* em inglês, tem sido amplamente debatida e conceituada enquanto tal. Contudo, a ET e o entendimento a seu respeito ainda são alvo de disputa. Embora existam perguntas a respeito de como ocorre, quem a perpetua, a extensão de terras estrangeirizadas, se esta desenvolve a região na qual acontece ou se traz consequências negativas; o debate ainda gira em torno da existência ou não da mesma. Há autores que negam o ineditismo da ET (A. U. de Oliveira, 2010). Já outros defendem que, embora conformada a práticas históricas, a ET contemporânea difere de maneira significativa dos processos anteriores pelas novas contradições e tensões que caracterizam uma onda global (Margulis, McKeon, & Borras Jr, 2013). No entanto, essa perspectiva é questionada por aqueles que negam a existência de um movimento global de ET defendendo que cada processo deve ser considerado em seu contexto específico (Peluso & Lund, 2011).

Independente da discussão sobre a melhor forma de abordar a ET, esta tem impacto nas escalas locais e globais, que vão desde questões a respeito do sustento das comunidades em territórios estrangeirizados até a própria soberania nacional. Tudo isso indica como a ET é um importante e complexo fenômeno a ser estudado, principalmente neste momento em que a mesma aumenta a nível mundial, como mostra o relatório da GRAIN (2016). Sassen (2013) argumenta que a ET conforma uma governança específica que se fundamenta nas relações globais atuais e as moldam; existindo consequências além da imediata aquisição de terras. Isto é, o aumento de terras sobre o controle de atores estrangeiros pode sinalizar o desmonte do território nacional. Nessa perspectiva, a ET é compreendida como elemento de uma nova geopolítica global na qual o território nacional torna-se cada vez mais sujeito a sistemas de autoridade não-nacionais.

Este trabalho busca compreender como a ET ocorre no Brasil contemporaneamente e como é estudada nas Relações Internacionais (RI) do Brasil. As perguntas que orientam este artigo são: de quais maneiras o Brasil está inserido no processo de ET?; como a ET é estudada nas RI do Brasil? Este trabalho faz uso de revisão bibliográfica e dados secundários sobre a ET para responder à primeira pergunta. A segunda é respondida por meio de uma meta-análise, baseada em revisão sistematizada dos artigos das revistas brasileiras de RI. Junto a esta introdução e as considerações finais, este artigo conta com outras três partes. Primeiro, a ET é explorada a partir do Brasil, discutindo como o país a sofre e a pratica; segundo, revistas brasileiras de RI, estudos

de RI fora do Brasil e outras disciplinas no Brasil são analisados para compreender o atual debate em torno da ET. Em seguida, os resultados são apresentados de maneira sucinta, discutindo o seu significado para a literatura.

### A estrangeirização de terras a partir do Brasil

Nesta seção pontua-se à relevância da ET para o Brasil. O atual cenário da ET no Brasil é apresentado junto às formas nas quais os agentes brasileiros a praticam no exterior. O objetivo não é de documentar empiricamente estes processos, mas de trazer alguns exemplos que denotam as formas que a ET ocorre.

### Terras estrangeirizadas no Brasil

O Brasil ocupa papel de potência agroexportadora na divisão internacional do trabalho, fornecendo matérias primas, *commodities* alimentares e biocombustíveis. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) preveem que o país superará os Estados Unidos como o maior exportador de *commodities* alimentares na próxima década (OECD & FAO, 2015). Neste sentido, é possível compreender como o território brasileiro tem sido de diferentes maneiras destinado a atender necessidades externas ao longo do tempo, anteriormente pelo domínio direto do território durante o período colonial e agora pelo mercado internacional (Pfrimer & Barbosa Jr, 2017).

Quando encontrados, os dados referentes à extensão da ET no Brasil são conflitantes. A plataforma Land Matrix (2017) indica que atualmente estrangeiros têm posse de 3.031.053 de hectares no Brasil. Por outro lado, utilizando dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Flexor e Leite (2017) alegam que já havia um total de 4.349.074 hectares sob controle de estrangeiros no ano de 2010. No entanto, Fernandes, Welch e Gonçalves (2012) indicam que 4.2 milhões de hectares foram comprados apenas na primeira metade de 2010. É importante salientar que, para além da compra ou do arrendamento, a ET ocorre por diferentes formas como parcerias, aquisição por empresas estrangeiras registradas por brasileiras ou brasileiros, *joint-venture*<sup>1</sup>, concessões de uso da superfície e grilagens (Pereira, 2015). A ausência do consenso sobre o que configura a ET leva critérios diferentes a serem utilizados para análises e levantamentos. Pode ser argumentado que a falta de dados precisos sobre a alcance da ET não é ao acaso, já que gera incertezas sobre a atual estrutura fundiária brasileira<sup>2</sup>.

1 O termo refere à associação econômica entre duas empresas.

2 Vide opinião de Fernandes em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (CHAVES; FACHIN, 2017).

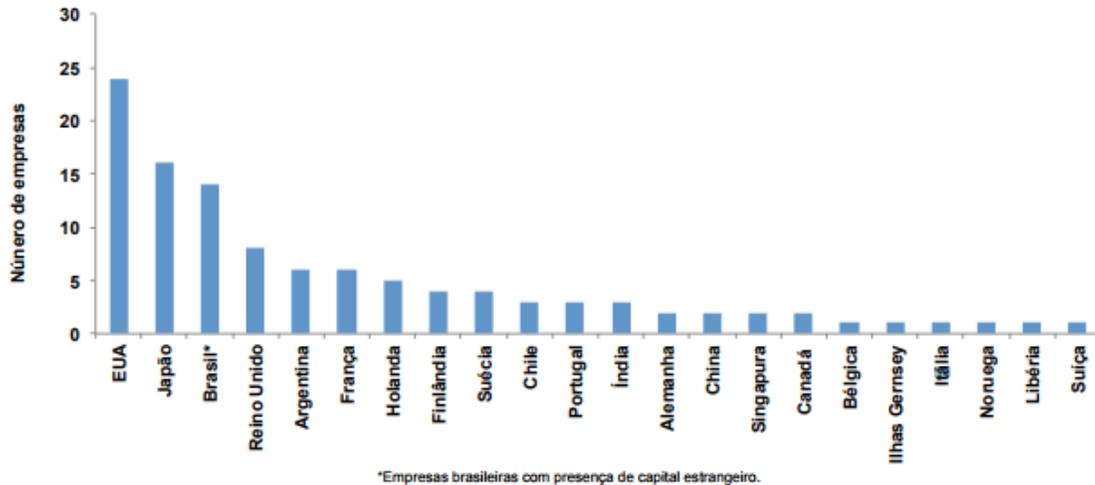
Contrário ao que se entende comumente, a ET no Brasil não é um processo exclusivamente exógeno. Existe anuência de grupos nacionais que se beneficiam, por exemplo, com o ganho especulativo resultante do aumento do preço da terra. Nos dois últimos anos a Rede DATALUTA tem publicado relatórios que identificam tanto empresas estrangeiras como empresas brasileiras com presença de capital estrangeiro envolvidas na ET. Contando com dados de 2014, o levantamento do primeiro ano demonstra que há pelo menos 90 empresas transnacionais e nacionais do agronegócio com capital estrangeiro adquirindo terras brasileiras. Em específico, identificam as empresas: Monsanto, Multigrain, Raizen, Bahia Specialty Celulose, Cargill, Stora Enso, dentre outras (DATALUTA, 2015). O relatório mais recente (DATALUTA, 2016) mostra que o processo de ET no Brasil conta com capital de pelo menos vinte e três países, sendo os Estados Unidos (EUA) o que detém o maior número de empresas do agronegócio atuando no Brasil, seguido por Japão, Reino Unido, França, Argentina, Países Baixos, Chile, China, Portugal, Alemanha, Itália, Finlândia, Suécia, Suíça e Espanha (veja o Gráfico 04).

Para facilitar o entendimento do supracitado, nas páginas seguintes apresentam-se gráficos com informações acuradas sobre essa presença. O Gráfico 01 indica que havia 14 empresas brasileiras associadas ao capital estrangeiro no ano de 2014. Já o Gráfico 02 mostra que este número aumentou para 20 em 2015, de tal forma que o Brasil passa a ocupar o segundo lugar no ranking, posição antes ocupada pelo Japão, ficando atrás somente dos EUA. Contudo, em 2014 empresas do agronegócio brasileiro com capital internacional já superavam o Japão com aproximadamente 130 propriedades como mostra o Gráfico 03, número que cresce exponencialmente, chegando a 1.101 em 2015, como indica o Gráfico 04.

Estes dados demonstram como o processo de ET é mais complexo do que somente o avanço do capital estrangeiro sob o território brasileiro e que pode ser entendido também a partir das alianças formadas entre diferentes grupos e interesses do agronegócio de vários países, incluindo o nosso. Oliveira (2016) esclarece que a ET é resultado da confluência entre capital financeiro nacional e internacional. Podendo contar inclusive com a presença ou ausência tática do Estado (Pedlowski, 2013) ou de grupos que direcionam a ação deste (Wolford, Borrás Jr, Hall, Scoones, & White, 2013). Fernandes et al. (2017, p. 230) explica, ainda, que “a associação ao capital nacional possibilita a expansão do capital internacional, porque esta relação permite tanto o uso das estruturas existentes como à criação de novas estruturas, logística, produção, aquisição, aluguel etc.”

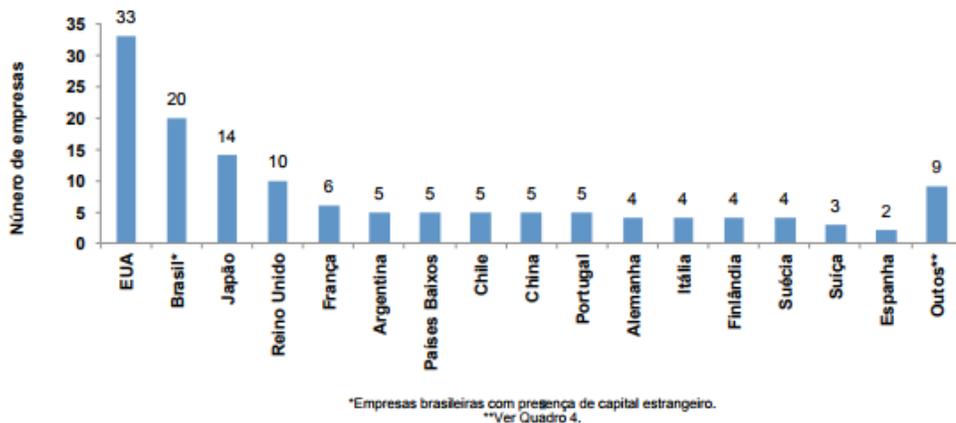
Formada por meio de uma *joint-venture* entre um fundo de pensão estadunidense, TIAA-CREF, e a renomada em-

Gráfico 01 - Brasil - Número de empresas do agronegócio com capital estrangeiro por país - 2014



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

Gráfico 02 - Brasil - Número de empresas do agronegócio com capital internacional de acordo com o país de origem - 2015



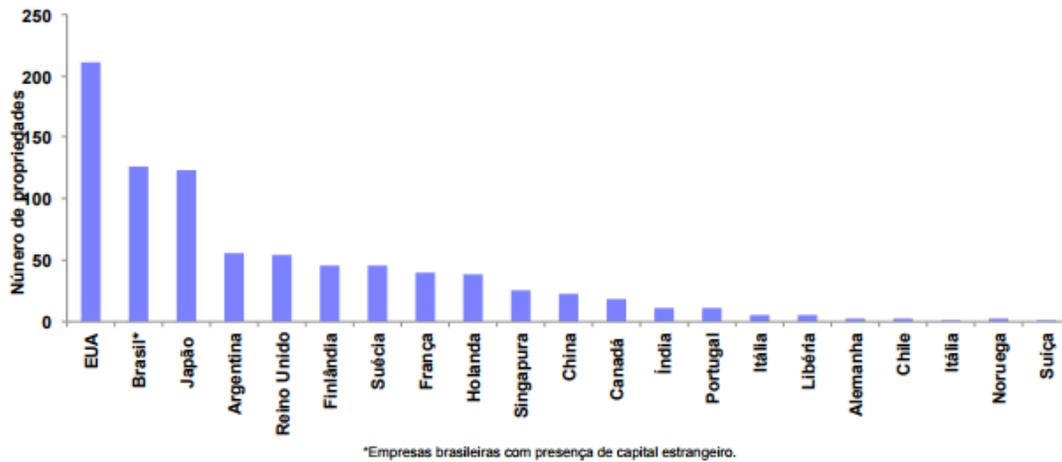
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

presa do agronegócio brasileiro, Cosan, a Radar S/A exemplifica essa aliança. Inicialmente, a TIAA-CREF detinha 81% das ações da Radar S/A (Farthing, 2017). Restrições impostas pelo governo brasileiro em 2010 levaram a criação de uma nova empresa, a Tellus. Dessa vez a Cosan faz papel de *holding*, a maior acionista, com 51% das ações. A Radar S/A comprou pelo menos treze fazendas em diferentes estados brasileiros entre 2011 e 2013 (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2015). Esse caso demonstra como a ET não atende somente interesses exógenos e ainda indica as limitações das medidas restritivas a venda de terras brasileiras à estrangeiros.

O Cerrado brasileiro é o bioma que mais sofre com o avanço da ET para a monocultura de commodities, em especial a região do MATOPIBA correspondente às mesorregiões do

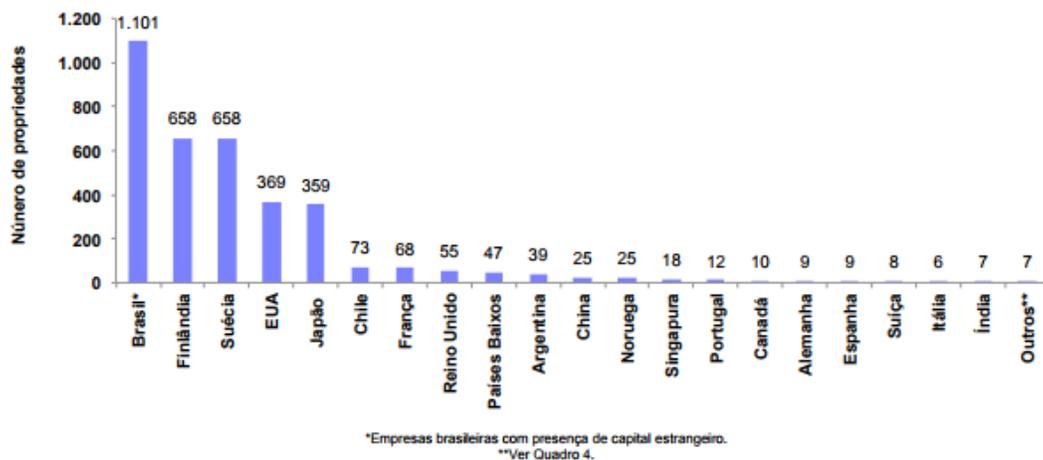
Sul Maranhense (MA), Oriental do Tocantins (TO), Sudoeste Piauiense (PI) e Extremo Oeste Baiano (BA). O próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reconhece que esta é a última região onde a fronteira agrícola pode avançar o que a leva a ser popularmente considerada como a 'última fronteira agrícola do mundo'. No entanto, trata de uma região politicamente construída, não de uma região natural. Foi encontrado que atualmente existem pelo menos 26 empresas transnacionais promovendo a ET nos referidos estados, e que estas terras são destinadas principalmente, à produção de cana-de-açúcar, soja e milho (Pereira & Pauli, 2016). Fernandes et al. (2017, p. 231) afirma que "enviaram vários ministros ao exterior para expor as facilidades de acesso à terra no Brasil, especialmente no MATOPIBA", indicando o exemplo da rede complexa formada pelo agronegócio e Estado. Um fator que pode aju-

**Gráfico 03 - Brasil - Número de propriedades de empresas do agronegócio com capital internacional de acordo com o país de origem - 2014**



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

**Gráfico 04 - Brasil - Número de propriedades de empresas do agronegócio com capital internacional de acordo com o país de origem - 2015**



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

dar a explicar isso, é o fato do Cerrado ser intencionalmente (des)regulado com o propósito de liberar o avanço do agronegócio (Pfrimer & Barbosa Jr, 2016).

Diferentes grupos formulam projetos políticos distintos para o campo brasileiro. Desde sua origem, o Brasil é marcado por disputas territoriais, de resistências sociais contra a expropriação e exploração, e luta pelo acesso à terra (Sauer & Leite, 2012). A ET pode ser compreendida como a mais recente fase deste processo. No entanto, diferentes atores reconhecem a ET de forma distinta. Há aqueles que evidenciam uma ameaça ao modo de vida de populações

rurais pobres e se opõem ao processo (Borras Jr & Franco, 2012, 2013). De outra maneira, há quem veja oportunidade de lucro e desenvolvimento econômico e defenda mecanismos de governança que diminuam suas consequências negativas (Hage, José, & Vieira Filho, 2012). São soluções que partem de ontologias diferentes (Mcmichael, 2014). Na primeira, a terra possui valor subjetivo pautado na soberania territorial, na segunda, a terra é vista como recurso econômico que atende os interesses de uma minoria.

As empresas transnacionais promulgam a narrativa de que a entrada de capital estrangeiro no campo brasileiro re-

presenta um processo de investimento externo que criaria condições de desenvolvimento. Essa visão é representada pelo relatório do Banco Mundial (2010) que mesmo reconhecendo que a ET tem efeitos negativos sobre populações rurais pobres, sustenta que os investimentos estrangeiros diretos impulsionam o crescimento econômico, oferecendo ainda um guia com sete princípios e códigos de conduta que visa estabelecer critérios de boas práticas. Borrás Jr e Franco (2012) alertam que esta é uma agenda dúbia que pretende enquadrar a ET como uma relação de ganhos para ambos os lados.

Alguns atores se destacam na disputa normativa pela liberalização da ET e o avanço do agronegócio no Brasil, como a Sociedade Rural Brasileira e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) (Pinto Neto, 2017). O crescimento da corrida por terras levou o governo brasileiro a estabelecer limites para sua aquisição por estrangeiros (Sauer & Leite, 2012). A maior liberalização da ET prevista no PL 4059/2012 que é do interesse dos membros da FPA, pode entrar na pauta do Congresso Nacional ainda esse ano. Tal fenômeno já ocorre por meio da legalização fundiária de terras obtidas através de grilagem, tendo como base legal a Lei 13.465/2017, recém aprovada no Congresso Nacional.

#### **Terras estrangeirizadas pelo Brasil**

As contradições políticas e sociais do Brasil impactam sua atuação internacional principalmente na África e em outros países da América do Sul (Sauer & Borrás Jr, 2016). Essas contradições expressas no campo, representada pela disputa entre o campesinato e o agronegócio (Barbosa Jr & Coca, 2015), são exportadas por meio da cooperação internacional. Costa Vaz (2015) demonstra como houve uma mudança na estratégia de internacionalização da agricultura brasileira que, inicialmente, contava com a diversificação de mercados e, agora, avança para exportação dos investimentos estrangeiros diretos do Brasil.

O trabalho de Clements e Fernandes (2013) mostra que mesmo o Brasil sofrendo com a ET pelo capital transnacional agrícola, o país, ou pelo menos agentes econômicos deste, promovem a ET em outros países, como Moçambique, país que é maior parceiro brasileiro de cooperação Sul-Sul para a agricultura (Milhorange, 2013). Os autores afirmam que o Brasil está exportando o seu modelo de agronegócio, por meio de parceria com o Japão, no Programa para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique, o ProSavana. Tal programa busca transformar a Savana em um complexo agroexportador similar ao Cerrado, e conta massivamente com o capital brasileiro e empresas públicas, como a Embrapa e a Petrobras (Magalhães, 2008), e privadas, como a Vale e Odebrecht (Visentini, 2013). Todavia, o interesse brasileiro por terras não se restringe apenas ao continente africano.

Até mesmo antes da corrida global por terras, o Paraguai já sofria com um forte processo de ET. Por exemplo, 25% de seus 31 milhões de hectares de terras agriculturáveis já estava nas mãos de estrangeiros, sendo que brasileiros detinham 4.792,528 hectares (Glauser, 2009), mais de 60% do total. Até hoje, o Brasil é o principal responsável pela ET paraguaias (Pereira, 2016). Como mostra a autora, desde o regime ditatorial Paraguaio, existem fatores para que o Brasil desempenhe um papel importante na ET no país, como o preço da terra e incentivos governamentais. Assim, para Galeano (2012) a crescente presença do agronegócio argentino e brasileiro no país aumenta a concentração de terra e os conflitos de camponeses e indígenas contra os interesses estrangeiros. Como no Brasil, a cada ano a produção de alimentos no Paraguai perde espaço para o agronegócio, colocando à soberania alimentar em risco. A ET praticada por brasileiros ocorre principalmente nos departamentos fronteiriços e a soja é a principal *commodity* produzida e exportada. O avanço do latifúndio no Brasil leva à compra de terras no Paraguai de diversas maneiras. Em outro trabalho, Pereira (2016) indica que, no contexto da ‘modernização’ da agricultura no Brasil e do avanço do agronegócio, pequenos produtores foram deslocados de suas terras e levados a comprarem pequenas propriedades no Paraguai, sendo assim necessário diferenciar estes dos grandes latifundiários que praticam a ET em larga escala no país.

A atuação de agentes brasileiros se estende para outros países na América do Sul. Há décadas o Brasil tem forte atuação na ET de terras bolivianas. Urioste (2012) investigou como ocorre no departamento de Santa Cruz, o que mais sofre com o avanço da ET, a partir da existência da elite local produtora de soja. O autor evidencia a relação entre o agronegócio boliviano e brasileiro, ademais pontua como as políticas de Estado facilitaram a promoção da ET. Segundo Mackey (2011), a narrativa de ‘ganhos’ e expertise tecnológica fazem a presença de empresários do agronegócio ser legitimada. Como no Paraguai, a soja também é a principal *commodity* produzida, contudo diferente daquele país o Estado boliviano impõe restrições à aquisição de terras por estrangeiros. Por conta disso, a maioria das terras estrangeirizadas não estão registradas em nomes destes. Assim, além da compra direta, a ET na Bolívia ocorre por meio de intermediários bolivianos e também por arrendamento, dificultando a compreensão exata extensão da ET no país.

Enquanto forças conservadoras buscam reforçar a posição que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, evidencia-se que há um processo de internacionalização deste modelo do agronegócio a outros países do Sul Global por parte de agentes estatais e não-estatais. Por um lado, é possível relacionar o crescente envolvimento brasileiro na ET nos últimos anos com a cooperação Sul-Sul (S. M.

Borras, Hall, Scoones, White, & Wolford, 2011), como no caso de Moçambique. Estes mecanismos de cooperação revelam aspectos subimperialistas (Warner, 2015). Por outro lado, os exemplos de Paraguai e Bolívia indicam como o agronegócio brasileiro é internacionalizado até mesmo nos países onde não há forte presença brasileira por meio da cooperação Sul-Sul.

#### A estrangeirização de terras na ótica das RI do Brasil

Em função da natureza intrinsecamente internacional do fenômeno, é importante verificar como a ET é estudada na disciplina de RI no Brasil. Tendo isso em vista, uma pesquisa foi realizada nos periódicos científicos brasileiros da disciplina, avaliadas pelo Qualis CAPES de A1 até B2<sup>3</sup>. Ainda que a CAPES avalie as disciplinas de Ciência Política e RI conjuntamente, foram selecionadas apenas as revistas brasileiras de RI. Com base no que foi apontado por Tavares e Oliveira (2016), a opção foi feita pela pesquisa em revistas, em detrimento de teses, dissertações, livros e outras formas de comunicação acadêmicas, por compreender que os principais debates na disciplina ocorrem majoritariamente através da publicação nesses meios. Baseado também no trabalho de Medeiros et al. (2016), objetivou-se mapear a visão a respeito da ET na disciplina de modo sistematizado.

Foram selecionadas as revistas que atendem aos critérios de serem brasileiras (podendo ser em inglês, mas obrigatoriamente editadas no Brasil) e de RI. Em seguida, os termos ‘estrangeirização de terras’, ‘*land grabbing*’ e ‘*acparamiento de tierras*’ foram pesquisados com uso das ferramentas de busca disponibilizadas na plataforma digital dessas revistas, abrangendo as variações do termo em português, inglês e espanhol, respectivamente. Essas línguas foram priorizadas por serem as mais representativas dos trabalhos publicados no Brasil. A busca foi feita apenas nas versões digitais das revistas, já que os estudos da recente fase da ET não antecedem a transição das revistas à plataformas digitais. Todavia, é importante notar que a seleção não abarca a totalidade dos trabalhos de RI, como aqueles publicados em revistas fora do critério de seleção sejam, elas internacionais de RI ou nacionais de outras disciplinas. A quantidade de artigos publicados até a escrita deste artigo nos quais o termo é mencionado ao menos uma vez em uma de suas variações está indicada na Tabela 01.

3 *A priori* foram selecionadas exclusivamente revistas de ‘qualidade’ (A1 a B1). Não encontrando ampla representatividade nessas, expandiu-se o escopo da seleção para incorporar também as revistas B2. Essa escolha se justifica pelo fato de diversas revistas brasileiras de RI ainda serem avaliadas com B2.

Com base no levantamento bibliográfico, foi possível identificar que a ET é pouco estudada nas RI do Brasil. No total, há apenas nove artigos publicados que citam o termo. Na maioria dos casos, o assunto é tratado de forma tangencial, isto é, são feitas referências ao mesmo, sem maiores desenvolvimentos. Apenas três artigos se dedicam explicitamente a ET, sendo eles: i) *Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s* (Flexor & Leite, 2017), ii) *China: cooperación Sur-Sur y land grabbing. Un análisis desde las resistencias sociales al proyecto Xai-Xai en Mozambique* (Mora, 2016), e iii) *Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea?* (Lima & Leite, 2016). Em sequência se procederá à análise dos três artigos supracitados.

Partindo do *boom* das *commodities* da última década, Flexor e Leite (2017) analisam os fatores que afetaram os preços no mercado de terras. Afirmam que o preço das terras aumenta de acordo com a demanda internacional por alimentos. Os autores discorrem sobre a capacidade de regulação pelo Estado frente a compra de terras por estrangeiros e cita o parecer da Advocacia Geral da União e a instrução Normativa do INCRA que estabelecem limites a ET. Apontam ainda a existência do PL 4059/2012, que estipula os critérios para aquisição de terras por estrangeiros e a grande possibilidade de o mesmo vir a ser aprovado, sob o argumento de atrair investimentos que ajudarão o país a sair da crise econômica atual. Todavia, realçam os perigos que isso pode acarretar dado o cenário de desigualdades sociais históricas no Brasil.

Mora (2016), por sua vez, investiga a relação entre a cooperação Sul-Sul chinesa e a ET a partir de um exemplo de resistências sociais ao projeto Xai-Xai em Moçambique. A China necessita de abastecimento de outros países por conta do gigantesco crescimento econômico recente e de sua dependência para com recursos minerais, energéticos e alimentares. Assim, a China promove projetos de cooperação em todo o mundo, sendo o continente africano destino de grande parte desses investimentos. O trabalho promove um ‘olhar a partir de baixo’, buscando entender os efeitos socioambientais do maior projeto agroindustrial chinês na África a partir dos afetados. A autora argumenta que a China tem um papel nas estruturas históricas atuais e que sua postura legítima a ET. Conclui que embora no discurso oficial chinês exista uma postura de cooperação horizontal, na realidade, é um modelo ‘de cima para baixo’, dado que vários moçambicanos que ali estavam antes do projeto terão seus modos de vida alterados a partir deste sem participar da tomada de decisão, mesmo que a terra seja essencial para a subsistência e construção de suas identidades.

Já Lima e Leite (2016) partindo da dualidade confiança/desconfiança nas RI, investigam a relação entre o abasteci-

**Tabela 01 - Número de artigos que fazem referência à estrangeirização de terras encontrados nas revistas brasileiras de RI**

Nome da revista	Qualis	Nº de artigos encontrados
Revista Brasileira de Política Internacional	A1	1
Contexto Internacional	A2	2
Austral	B1	0
Carta Internacional	B1	1
Brazilian Journal of International Relations	B2	0
Conjuntura Austral	B2	1
Conjuntura Internacional	B2	1
Estudos Internacionais	B2	0
Monções	B2	1
Boletim Meridiano 47	B2	1
Mural Internacional	B2	1
Política Externa	B2	0
Revista Brasileira de Estudos de Defesa	B2	0
Revista de Estudos Internacionais	B2	0

mento nacional e o comércio internacional. Afirmam que o modo como os alimentos são produzidos e comercializados está inserido em uma relação de poder no sistema interestatal. A crise de 2007/8 fez com que países produtores de alimentos estabelecessem restrições às exportações, o que levou a escassez e o aumento de preço, colocando em situação de insegurança os países que confiam no comércio internacional como meio de abastecimento. Nesse sentido, a ET garante maior confiança diante de determinadas eventualidades comerciais, já que diminui as distâncias entre consumidores e fornecedores por meio do controle direto de terras estrangeiras. Os autores analisam também as possíveis saídas do cenário de insegurança propostas pelos países a partir das diferentes perspectivas das RI.

É importante abordar cada artigo situado em seu contexto, tempo e em seus diferentes objetos e objetivos; no entanto, é possível identificar algumas similaridades entre eles. Os artigos de Mora (2016) e Flexor e Leite (2017) chamam atenção à presença chinesa na ET. Mora (2016) esclarece que o crescimento da economia da China impulsionou a cooperação Sul-Sul, identificando a China como ator-chave na cooperação com a África. Flexor e Leite (2017) afirmam que a eventual diminuição deste crescimento tende novamente a abaixar o preço de terras. Mora (2016) e Lima e Leite (2016) pontuam aspectos negativos provocados pela ET, como a desterritorialização das populações que perdem suas terras. É importante também notar que os três artigos analisam a ET a partir da Economia Política Internacional.

A maior parte dos artigos encontrados se dedicam a outros assuntos mas reconhecem a importância da ET. Pfrimer e Barbosa Jr (2017) argumentam que a ET, junto à biotecnologia, é um dos vetores do neo-agro-colonialismo. E, em outro trabalho, sustentam que, além do polo de poder do atlântico norte, são principalmente os países de alta renda com alta dependência alimentar (e.g. China, Japão, Coreia do Sul e Países do Golfo) que adquirem terras no estrangeiro buscando suprir a falta de alimentos, assumindo, conseqüentemente, uma postura dissidente da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Barbosa Jr & Pfrimer, 2016). O referido sistema afeta o consumo e a produção de alimentos a nível mundial. Neste sentido, a ET se relaciona com a maior produção de *commodities* como entaves de prover alimentação à população mundial, como argumentam Barbosa Jr e Coca (2015).

Em outros casos, a ET é apenas citada de forma tangencial, como no Editorial da Revista Brasileira de Política Internacional *Many World, Many Theories* de 2016, que lista as novas agendas de pesquisas associadas às teorias não-hegemônicas das RI (Inoue & Tickner, 2016). No tentativa de Lima (2014) de introduzir questões agrárias, especificamente a fome e a segurança alimentar, como agenda das RI o termo aparece somente nas referências. Pitta e Mendonça (2014) não utilizam a expressão ET, mas esta aparece também nas referências e, além do mais os autores discutem como a crise de 2008 e o capital financeiro incentivou a especulação das terras agrícolas brasileiras.

Diante deste levantamento, é possível afirmar que a ET tem sido pouco estudada pela academia brasileira de RI. No entanto, todos os artigos foram publicados somente a partir de 2014, quando dois foram publicados, com um em 2015, quatro em 2016 e dois em 2017 até a data de redação deste trabalho. Isso pode ser entendido como indicativo de uma agenda que está a emergir na disciplina, mesmo que de maneira tardia. Nas seções seguintes, há alguns apontamentos a respeito de como as RI abordam a ET fora do Brasil e como outras disciplinas no Brasil estudam o assunto.

### O estudo da estrangeirização de terras nas RI fora do Brasil

Edições especiais foram selecionadas para abarcar as maneiras como as RI estudam a ET internacionalmente<sup>4</sup>, dentre essas foram escolhidas três<sup>5</sup>. A princípio, a edição ‘*Global land grabs*’ de 2013 da revista *Third World Quarterly*, por ser a única avaliada pelo Qualis CAPES, sendo A1 em RI. Para ampliar a amostra, a seleção inclui revistas não ranqueadas pelo sistema de avaliação brasileiro. As edições ‘*Land grabbing in Latin America*’, de 2012 da *Canadian Journal of Development Studies* e a ‘*Land grabbing and global governance*’ de 2013 da *Globalizations* foram selecionadas. Os critérios utilizados foram o recorte temático da América Latina, o escopo e proximidade com as temáticas das RI. Outros textos que oferecem contribuições importantes no âmbito das RI internacionalmente foram acrescentados complementando os assuntos fora do escopo das edições especiais.

Os artigos destas edições foram classificados em grupos para identificar as maneiras que a disciplina tem contribuído ao estudo da ET. Inicialmente observou-se duas grandes tendências, artigos que tem sua centralidade no processo de ET e outros que analisam a ET com enfoques disciplinares específicos das RI. As seguintes tipologias foram definidas de acordo com a primeira tendência: i) construção de sentido, ii) diferentes motivações, iii) contextos específicos, iv) atores estrangeirizadores, e v) resistências

4 Optou-se por trabalhar com edições especiais pelo fato destas aglutinarem trabalhos relevantes para o estudo da ET e evidenciarem as preocupações temáticas.

5 As edições especiais sobre ET encontradas que não foram selecionadas são: i) *Land: a new wave of accumulation by dispossession in Africa?* de 2011 da *Review of African Political Economy*; ii) *Governing the global land grab: the role of the state in the rush for land* de 2013 da *Development and Change*; iii) *Law and development perspective of international land acquisitions* de 2014 da *Law and Development Review* iv) *Global land grabbing and political reactions ‘from below’* de 2015 da *Journal of Peasant Studies*; v) ‘*Grabbing’ land for solving the global food problem: what are the implications for ‘local’ food security?* de 2015 da *Land*; vi) *Beyond land grabbing* de 2016 da *Geoforum*.

sociais. Já na segunda tendência, foram identificadas as seguintes: vi) política internacional e governança global, vii) instrumentos regulatórios, viii) direitos humanos, e ix) economia política internacional.

Na tendência dos processos de ET se destacam os estudos que buscam construir sentido sobre a própria ET. O trabalho de Borrás Jr et al. (2011) é pioneiro ao caracterizar a ET buscando revelar suas múltiplas facetas. A contribuição de Sassen (2013) situa o recente crescimento da ET a partir das mudanças no sistema interestatal. Não muito depois, Edelman, Oya e Borrás Jr (2013) esclarecem que perguntas tais quais: como, onde e qual extensão, orientam os esforços nesta fase de construção de sentido.

Há trabalhos que se baseiam em pesquisas empíricas para compreender as diferentes motivações ou *drivers* da ET. Como o caso do *green grabbing* (apropriação verde), onde a ET é promulgada por fins ambientais, visando adquirir créditos de carbono e atingir as metas de reflorestamento (Fairhead, Leach, & Scoones, 2012). De forma similar, a ET também ocorre visando o controle da água, definida por Franco, Mehta e Veldwisch (2013) como *water grabbing*. Por outro lado, a ET também possui sua dimensão urbana. Ao investigar o papel das cidades globais, Leon (2015) afirma que os elementos que as tornam efetivamente ‘globais’—a enorme concentração de capital financeiro e humano—é resultado da ET em outros países, uma vez que o crescente número de moradores urbanos demanda mais alimentos.

Outros trabalhos concentram-se nos contextos específico de ET, como Estados-nação e regiões. Casos na América do Sul e alguns na América Central são identificados além dos citados anteriormente. Piñero (2012) mostra como a imensa quantidade de terras compradas por estrangeiros no Uruguai provocou o aumento de seis vezes do preço destas. Murmis e Murmis (2012) estudam as diferentes formas da ET na Argentina, argumentando que o conceito deve ser revisto para incluir as novas estratégias do capital estrangeiro para garantir o controle da terra. Edelman e León (2013) abordam historicamente a ET na América Central e defendem que esta ocorre em ondas e os estudos devem analisar as condições pré-existentes em espaço temporal maior. Já Berlanga (2012) analisa o mercado de terra mexicano a partir dos diferentes tipos de direito de propriedade existentes no país. Alonso-Fradejas (2012) indica que na Guatemala investimentos de longos prazos transformam territórios em áreas de cultivo agroindustriais por meio da ET. A seleção feita coloca em evidência os casos da AL, contudo há vários outros exemplos. África é outra região que sofre com a ET. A partir dos casos africanos, Oya (2013) propõem um reengajamento com a questão agrária clássica do capital trabalho e analisa os impactos socioeconômicos da ET na África subsaariana.

Por outro lado, os agentes da ET emergem como foco. Neste caso, os países do Norte são tradicionalmente lembrados, como o papel da União Europeia que Carroccio et al. (2016) afirmam relacionar com suas políticas para agricultura e meio ambiente. No entanto, há também estudos que centram-se nos atores do Sul, como os Países do Golfo que promovem a ET em função da insegurança alimentar e, segundo Woertz (2013), a partir da cooperação bilateral. Há ainda, em destaque a China, como já foi mencionado. A enorme demanda por recursos naturais resultantes dos altos níveis de crescimento econômico nos últimos anos, a faz a China figurar entre os principais países que estrangeirizam terras (Mckay, Alonso-fradejas, Brent, Sauer, & Xu, 2016). Argumentam os autores que, mesmo sob a égide da cooperação Sul-Sul, a China reforça nos países da América Latina o modelo extrativista.

O último grupo desta primeira tendência centra-se nas resistências sociais a ET. Borrás Jr e Franco (2013) refletem sobre os processos de resistências das populações que sofrem a ET e pontuam desafios para compreender estas. Na mesma linha, McKeon (2013) estuda como os movimentos sociais rurais se tornaram globais na última década. Hall et al. (2015) argumenta que as resistências sociais à ET são vastas e complexas e as discutem a partir das teorias de movimentos sociais.

Já dentro da tendência disciplinar, existem artigos que tratam da relevância da ET como um novo elemento da agenda de política internacional e da governança global. Assim, revelam aspectos e desafios da atual globalização econômica (Margulis et al., 2013) assim como os desafios de governança no contexto internacional de mudanças da agricultura (S. Borrás, Franco, & Wang, 2013). Margulis e Porter (2013) argumentam que práticas emergentes de governança transnacional da ET são indicativos de novos instrumentos de governança global.

Numa abordagem a partir dos instrumentos regulatórios, Stephens (2013) analisa o guia de investimentos responsáveis na agricultura do Banco Mundial como instrumento de governança frente à estrangeirização, mostrando como os países ricos são privilegiados. Na mesma direção, Seufert (2013) contextualiza os esforços da FAO para garantir governança da ET, a partir das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da terra, da pesca e das florestas. Noutro sentido, Goetz (2013) reflete sobre os mecanismos de governança que orientam o setor de investimentos privados. Por fim, Cotula (2013) alega que o direito internacional facilita a ‘commoditização’ da terra.

Há um crescente movimento dos direitos humanos contra a ET. São expressões disso os trabalhos de Golay e Bigliano (2013) pontuando uma agenda que parte do direito à

alimentação e o de Kunnemann e Suárez (2013) na qual argumentam que a terra é um direito humano e os instrumentos de governança criados recentemente não conseguiram resolver o problema. Há também aqueles que exploram aspectos de resistência por meio de mecanismos normativos, como, Claeys e Vanlooqueren (2013), que pontuam uma agenda mínima de respeito aos direitos humanos de acordo com a FAO.

Por último, a perspectiva mais recorrente é da Economia Política Internacional. McMichael (2013) argumenta que certos países, visando suprir a demanda por alimentos e biocombustíveis, adquirem terras em outros países em contraposição à utilização de mecanismos tradicionais de mercado. Knuth (2015) analisa como, a partir das mudanças no século XXI, as finanças globais se interessaram na compra por terras, apesar dos seus altos riscos. O autor argumenta que em contextos de crises, investidores tendem diversificar seus investimentos e que a ET oferece maior segurança a longo prazo. Hall (2013) realiza uma análise geral dos trabalhos que partem dos conceitos de acumulação primitiva e acumulação por expropriação.

#### **Contribuições de outras disciplinas ao estudo da estrangeirização de terras no Brasil**

Por outro lado, ao expandir o escopo da análise para distintas disciplinas da ciência brasileira é igualmente possível identificar que a ET tem sido estudada de forma mais ampla. Foram encontrados artigos em revistas de Sociologia, Economia e Geografia. Com base neste levantamento, foi identificado que a Geografia é a disciplina que mais avança o debate sobre ET no Brasil. Tal fato fica evidente pelo significativo número de artigos publicados nas revistas especializada da disciplina.

Somado aos artigos individuais, foi feito um levantamento das edições especiais de revistas brasileiras que discutem a ET para ilustrar como as outras disciplinas no Brasil têm estudado o tema. No entanto, somente uma edição especial dedicada explicitamente à ET foi encontrada, junto a uma segunda que tem o escopo mais amplo, mas que debate a ET de maneira central—ambas da Geografia. São elas: ‘Land grabbing - grilagem/estrangeirização de terras’ de 2016 da *Campo-Território*, e ‘Território, campesinato, trabalho e resistências’ de 2017 da *Revista NERA—Qualis B1 e A2 em Geografia*, respectivamente.

O grande debate da ET na Geografia brasileira é pauta nas perspectivas dos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes. Fernandes (2011) afirma que o aumento da ET é resultado da expansão produtiva de *commodities* pelo agronegócio, que leva a necessidade de cada vez mais terras somada a expansão da produção de biocombustíveis e crises alimentares em

escala global. Ele afirma que há séculos a questão agrária dos países do Norte tem sido exportada para os países do Sul por meio do modelo expropriador monocultor-agroexportador. A ET é para o autor um novo elemento da questão agrária, isto é, uma característica da procura por novos territórios para a expansão da agricultura capitalista pós-crise de 2007/8. Fernandes (2011) indica que este processo está formando uma nova geopolítica da questão agrária em que políticas neoliberais criaram novos elementos utilizando antigos artifícios da questão agrária.

Em termos gerais, Oliveira (2010) nega a nova conjuntura da ET no Brasil, argumentando que existe um movimento ideológico por parte da esquerda que visa minar o debate da reforma agrária, já que os maiores latifundiários no Brasil ainda são brasileiros<sup>6</sup>. Dentro dessa perspectiva a ET foi uma farsa do governo brasileiro daquela época para retirar o foco da reforma agrária. Utilizando os dados disponíveis até aquele momento, o autor afirma que no ano de 2009 estrangeiros possuíam somente 0,53% de imóveis rurais no país<sup>7</sup> (A. U. de Oliveira, 2010). Apoiando-se em dados históricos o autor mostra que o número de títulos de terras na mão de estrangeiros diminuiu em termos absolutos, alegando que o que existe são novas formas de monopolização das terras sem que estas sejam necessariamente compradas. Neste sentido Oliveira (2010) enquadra o que outros chamam de ET como a mundialização monopolista da produção agropecuária do mundo. Ele defende que as empresas multinacionais estão se tornando “controladoras monopolistas da produção agrícola”, mas não proprietárias das terras agricultáveis (A. U. de Oliveira, 2010, p. 68). Todavia, Oliveira (2010) reconhece que em termos globais há atualmente movimentos do capital internacional na direção de aquisição de terras, entretanto defende que se quer dar a questão mais importância do que é merecido, pois não há especificidade nesta fase já que para ele não é distinta da que ocorreu no século XX.

6 Em um primeiro momento pode parecer que houve confusão entre as datas, de modo que a crítica de Oliveira (2010) precede o artigo de Fernandes (2011). A este respeito Fernandes (2013, p. 75) acusa que “[Oliveira] publicou um artigo de 110 páginas na Revista Agrária no ano de 2011, mas com data de 2010”.

7 A respeito deste insignificante valor Pereira (2017, p. 116) afirma que “Pautado nas críticas de Sauer e Borras Jr (2016), evidenciamos que Oliveira (2010) em nenhum momento considerou as graves lacunas e equívocos dos registros do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), sem mencionar que Oliveira (2010) utilizou dados do relatório de José Miguel Pretto, publicados em 2008, momento do início da corrida mundial por terras, ou seja, este número provavelmente é muito maior hoje, mas Oliveira (2010) não considerou esta hipótese”.

Em um sentido geral, as divergências podem ser lidas como resultantes de premissas distintas. Aliando-se com a literatura internacional, Fernandes (2011) parte da perspectiva que a questão agrária brasileira deve ser compreendida a partir dos mecanismos internacionais, afirmando a tradição de teoria dos regimes alimentares de McMichael (2009). Em suas palavras “a pesquisa sobre estrangeirização da terra é extremamente difícil porque neste caso a questão agrária extrapola as fronteiras nacionais” (2013, p. 76). Isso difere do pensamento de Oliveira (2010), que entende a questão agrária como uma questão estrutural de cada país, se baseando nos trabalhos de Lenin (2007), Luxemburgo (1970) e principalmente Kautsky (1988). Ou seja, para Oliveira (2010) a questão agrária ainda é uma assunto nacional, mesmo que o autor reconheça que cada país tenha ligação com a economia política internacional de maneira mais ampla.

Para além deste debate, há diversos outros trabalhos que têm avançado o entendimento da ET na Geografia. Em termos gerais, a ET tem sido abordada de quatro maneiras na disciplina. Primeiro, a aqueles estudos que se dedicam a compreender a ET a partir do Brasil. Nestes são encontradas preocupações interpretativas onde se busca ‘fazer sentido’ da ET. O debate Fernandes-Oliveira se insere nesta categoria. Em um recente trabalho, Pereira (2017) conceitua a ET a partir de uma visão geográfica, apresentando discussões embasadas no debate paradigmático, e defende que a ET é um processo antigo que se apresenta por ciclos. Baseando-se na produção acadêmica a respeito da ET, Sauer e Borras Jr (2016) propõem o termo ‘apropriação de terras’ por ter maior precisão conceitual ao indicar que ‘estrangeirização’ foi confundida com *grabbing* em inglês, que traduzido ao português seria grilagem e limitaria a compreensão do fenômeno.

Segundo, há aqueles esforços mais empíricos que centram nas diferentes formas que a ET tem tomado no Brasil e América Latina. Pereira (2015) indica como a ET é justificada principalmente pela necessidade energética, já que a quantidade de *commodities* destinado a produção energética fez aumentar o preço das *commodities* alimentares. O que vai de encontro com trabalhos que relacionam a ET como resultado do crescimento de setores específicos como o sucroalcooleiro. Landívar e Llambí (2016) afirmam que existe um processo em curso do capital global na América Latina através da ET, analisam o caso do Equador e argumentam que a ET no país ocorre por meio do modelo neo-extrativista adotado. Terceiro, há aqueles trabalhos que também são empíricos, mas que abordam a ET a partir de regiões específicas no Brasil. Como apresentado antes, Pereira e Pauli (2016) estudam a ET na região do MATOPIBA. Gustavo Oliveria (2016) investiga a regularização fundiária promovida pelo governo brasileiro através do Programa Terra Legal na Amazônia

Legal, indicando que os reais objetivos deste foram de abrir espaço para o agronegócio na região, limitando a redistribuição de terras. Herrera (2016) estudou a mesma região no período 2003-2014 e também afirma que houve integração proposital da Amazônia Legal à economia nacional visou o avanço do capital privado evidenciando a ET na região a partir de dados disponibilizados pelo INCRA.

Quarto, são os trabalhos empíricos sobre processos específicos de ET. Silva, Magalhães e Farias (2016) centram sua análise nos monocultivos de dendzeiros na Amazônia Paraense como resultado de políticas governamentais que estimulam a alocação de grandes investimentos estrangeiros na região. Os autores também afirmam que essas empresas dispõem de grandes faixas de terra apropriadas nos últimos anos, em desacordo com o limite constitucional e outros dispositivos legais. Perpetua e Thomaz Junior (2016) investigam a Veracel Celulose implementada no Extremo Sul da Bahia há uma década e o seu impacto na região, empresa essa que em 2012 foi a maior proprietária de terras estrangeiras no Brasil. Buscioli (2017) estuda o caso do grupo francês *Louis Dreyfus Commodities* em Rio Brilhante no Estado do Mato Grosso do Sul, abordando os impactos da territorialização do grupo para a população local e os discursos que objetivam disfarçar os aspectos negativos daquele modelo. Vinha e Pereira (2016) investigam a ET na região do Pontal do Paranapanema, centrando sua análise na usina com capital norueguês Umoe Bioenergy localizada no município de Sandovalina, São Paulo. Estabelecer parâmetros precisos entre os trabalhos que centrem as regiões e os que centram os processos é difícil dado que cada processo toma a forma da região e nela ocorre. Todavia, optou-se por distinguir os dois buscando evidenciar que há preocupações distintas que podem levar a esses trabalhos.

Ao apresentar dados sobre a ET Geógrafos também contribuem com a sua caracterização e compreensão a partir de um olhar brasileiro. Pesquisadores da Rede DATALUTA coletam, sistematizam, interpretam e disponibilizam dados sobre parte da realidade agrária brasileira em escala nacional. Com o tempo o DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, criado em 1998 para suprir dificuldade de acesso a dados sistematizados sobre ocupações e assentamentos expandiu seu escopo a trabalhar com outros dados de diversas dimensões da questão agrária. Pela primeira vez, em 2015 apresentaram a categoria estrangeirização da terra, com dados de 2014, também publicada no ano seguinte com os dados de 2015. Os dados da categoria ET são coletados a partir de fontes secundárias, pesquisadas em jornais, revistas, artigos e outros periódicos em geral e fontes primárias pesquisadas nos relatórios disponibilizados pelas próprias empresas. A organização destes dados permitiu, pela primeira vez, uma visão geral do processo de ET no Brasil.

## Resultados e discussão

O valor deste artigo reside no fato de que além de caracterizar as disputas políticas da ET, este também identifica as tradições de pesquisa e aponta direções futuras de estudos. A análise promovida na primeira parte do artigo apresenta a complexidade da ET a partir do Brasil e justifica a relevância de entender o estado da arte dos estudos de RI do Brasil sobre ET. Em que pese a evidente ambiguidade da posição brasileira diante do tema e o fato das RI ter um instrumental teórico-metodológico que possibilita abordar o fenômeno por diversas perspectivas, a produção bibliográfica nacional sobre a ET nesta disciplina é incipiente. Observa-se ainda um evidente contraste com o interesse que tem sido dado ao estudo da ET em suas múltiplas dimensões pela RI internacionalmente e em outras disciplinas no Brasil.

Os trabalhos agrupados a partir de tipologias estabelecidas indicam direções que os esforços das RI do Brasil podem tomar em futuros estudos sobre a ET. Os estudos das revistas internacionais de RI ilustram os possíveis desdobramentos dentro da disciplina e os da Geografia indicam possíveis caminhos a partir de preocupações específicas do Brasil. Esse levantamento demonstra a direção que tem sido tomada, mas é importante lembrar que a agenda da ET nas RI do Brasil deve ser própria, a partir de seus referenciais teóricos-metodológicos e preocupações disciplinares, considerando até mesmo as motivações pessoais e políticas de cada pesquisador. Ainda que historicamente as RI do Brasil tenham negligenciado as temáticas ligadas a alimentos e agricultura, mesmo que o internacional permeie estes processos e que estes sejam uma das principais formas que o Brasil tem obtido reconhecimento internacional. Como ilustrado no trabalho, nota-se uma inserção emergente da ET na agenda das RI no Brasil desde 2014.

As RI do Brasil podem oferecer abordagens específicas de análise a partir de enfoques como a Cooperação Internacional, Política Externa, Segurança Internacional, Integração Regional, Estudos de Gênero e outros. Além disso, os trabalhos por vir podem versar a partir de enquadramentos teóricos e metodológicos da disciplina, suas dimensões contemporâneas a partir do internacional, focar nos principais drivers e dinâmicas recentes, no papel de atores específicos (como Estados, corporações, e grupos da sociedade civil), em abordagens que buscam construir alternativas ou até mesmo estudar a ET em contextos específicos.

Há duas hipóteses as possíveis causas da escassez de estudos sobre ET nas RI do Brasil. Podendo ser por conta de questões da política disciplinar e esforços que buscam fazer das RI uma subárea da Ciência Política, dedicando exclusivamente a 'política internacional' em um sentido bem estrito. Ainda que as RI tenham o potencial de ir além e se dedicar a temas interdisciplinares. Ademais, pode derivar

do pensamento de que a ET seria um tema subalterno e da escala menor. Isto é, por um lado, a academia brasileira de RI tem, por tradição, destinado pouca atenção a estudos considerados como 'de área' e, por outro, ainda importa temas da academia norte americana. Dessa maneira, muita atenção é dada a assuntos que pouco afetam nossa realidade enquanto poucos esforços são direcionados a questões da realidade social brasileira e latinoamericana. Esta seria uma boa oportunidade para localizar as insuficiências no campo disciplinar das RI e, delas, potenciais ganhos advindos da ampliação do debate para outras áreas do conhecimento científico e outro temas.

### Considerações finais

Ao concluir este trabalho indicamos que a ET é uma questão política que precisa ser abordada enquanto tal. As medidas adotadas após o golpe jurídico-parlamentar de 2016 acometem vários direitos conquistados e acentuam a desigualdade social brasileira. O Brasil é marcado por enorme concentração fundiária, o que gera contradições e conflitos no campo. Essa terrível realidade aprofundou na conjuntura pós-golpe com o aumento da violência no campo, como mostram os dados da Comissão Pastoral da Terra (2017). Com o total de 1.079 conflitos contabilizados e 59 pessoas assassinadas, o ano de 2016 conta com o maior número de conflitos por terra registrados em 32 anos e o maior número de mortes no campo desde 2003 quando 71 pessoas foram assassinadas. Até o mês de julho de 2017, 47 assassinatos já ocorreram, ou seja, se a segunda metade do ano for um reflexo da primeira, este será o ano com maior violência no campo já registrado. Além disso, o número de assentamentos rurais destinados à reforma agrária diminuiu, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto e a Lei 13.465/2017, que regulariza grandes propriedades obtidas por meio da grilagem foi aprovada. Dessa maneira, o modelo do agronegócio avança no Brasil e, como foi mostrado, é exportado para outros países.

Acreditamos que a academia tem um papel importante em se posicionar em relação a atual conjuntura. Trabalhos que se dedicam a temas de relevância política e social como a ET tem função de desmistificar as diversas imprecisões que buscam camuflar as verdadeiras motivações por trás de tais práticas. O aceleração da ET nos últimos anos tem deslocado camponeses, indígenas e povos tradicionais de suas terras. Contudo, resistências a estes processos tem aumentado tanto em nível local como global, por meio da atuação de movimentos sociais, outras organizações da sociedade civil e acadêmicos engajados. A ET insere atores internacionais na questão agrária brasileira e gera novas conflitualidades, mas também suscita novas formas de luta. É nesse sentido que indicamos não só a relevância acadêmica de estudar a ET pelas RI do Brasil, mas também ressaltamos a sua relevância político-social.

### Agradecimentos

Gostáramos de agradecer Alcides Costa Vaz, Juliano Cortinhas Matheus Pfrimer, Fernando Jorge, Juliana Leal, Mauricio Kenyatta, Sérgio Dorfler e Thiago Sebastião pela valiosa leitura, comentários e sugestões em versões preliminares deste artigo. Os autores se responsabilizam por eventuais omissões.

### Referências

- Alonso-Fradejas, A. (2012). Land control-grabbing in Guatemala: the political economy of contemporary agrarian change. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 509–528.
- Banco Mundial. (2010). Principles for responsible agricultural investment that respects rights, livelihoods, and resources. Washington DC.
- Barbosa Jr, R., & Coca, E. L. de F. (2015). The WTO's international multilateral trade system and its effects on the production and consumption of food. *Boletim Meridiano* 47, 16(150), 42–49.
- Barbosa Jr, R., & Coca, E. L. de F. (2015). Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. *Eutopia*, 8, 13–27.
- Barbosa Jr, R., & Pfrimer, M. H. (2016). Shortcomings of global multilateral agrifood trade and a new food-dependency-based protagonism. *Conjuntura Internacional*, 13(1), 96–103.
- Berlanga, H. M. R. (2012). (Trans)national agribusiness capital and land market dynamics in Mexico. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 529–551.
- Borras, S., Franco, J., & Wang, C. (2013). The challenge of global governance of land grabbing: changing international agricultural context and competing political views and strategies. *Globalizations*, 10(1), 161–179.
- Borras, S. M., Hall, R., Scoones, I., White, B., & Wolford, W. (2011). Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. *Journal of Peasant Studies*, 38(2), 209–216.
- Borras Jr, S., & Franco, J. (2012). Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 34–59.
- Borras Jr, S., & Franco, J. (2013). Global land grabbing and political reactions "from below." *Third World Quarterly*, 34(9), 1723–1747.
- Buscioli, L. D. (2017). Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS). *Revista NERA*, 20(36), 133–158.

- Carroccio, A., Crescimanno, M., Galati, A., & Tulone, A. (2016). The land grabbing in the international scenario: the role of the EU in land grabbing. *Agricultural and Food Economics*, 4(1), 12.
- Claeys, P., & Vanloqueren, G. (2013). The minimum human rights principles applicable to large-scale land acquisitions or leases. *Globalizations*, 10(1), 193–198.
- Clements, E. a., & Fernandes, B. M. (2013). Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. *Agrarian South*, 2(1), 41–69.
- Comissão Pastoral da Terra. (2017). *Conflitos no campo: Brasil 2016*. Goiânia: CPT.
- Costa Vaz, A. (2015). International drivers of Brazilian agricultural cooperation in Africa in the post-2008 economic crisis. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58(1), 164–190.
- Cotula, L. (2013). The new enclosures? Polanyi, international investment law and the global land rush. *Third World Quarterly*, 34(9), 1605–1629.
- DATA LUTA. (2015). *Relatório Brasil 2014. Presidente Prudente*.
- DATA LUTA. (2016). *Relatório Brasil 2015. Presidente Prudente*.
- Edelman, M., & León, A. (2013). Cycles of land grabbing in Central America: an argument for history and a case study in the Bajo Aguán, Honduras. *Third World Quarterly*, 34(9), 1697–
- Edelman, M., Oya, C., & Borras Jr, S. (2013). Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. *Third World Quarterly*, 34(9),
- Fairhead, J., Leach, M., & Scoones, I. (2012). Green Grabbing: a new appropriation of nature? *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), 237–261.
- Farthing, L. (2017). The land grabbers. *Jacobin*. Retrieved from <https://www.jacobinmag.com/2017/02/tiaa-pensions-investment-deforestation-theft-indigenous-palm-soy-agribusiness/>
- Fernandes, B. M. (2011). Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In A. Canuto, C. R. da S. Luz, & I. Wichinieski (Eds.), *Conflitos no campo Brasil 2010* (pp. 76–81). Goiânia: Comissão Pastoral da Terra.
- Fernandes, B. M. (2013). Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- Fernandes, B. M., Coca, E. L. de F., Vinha, J. F. de S. C., Cleps Júnior, J., Dantas, J. C., & Sobreiro Filho, J. (2017). A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. In R. M. V. Medeiros & M. Lindner (Eds.), *Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios* (pp. 2015–235). Porto Alegre: Evangraf.
- Fernandes, B. M., Welch, C. A., & Gonçalves, E. C. (2012). *Gobernanza de la tierra en Brasil: Estudio geo-histórico de la gobernanza de la tierra en Brasil (Framing the Debate Series No. 2)*. Roma.
- Flexor, G., & Leite, S. P. (2017). Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, 39(2), 393–420.
- Franco, J., Mehta, L., & Veldwisch, G. J. (2013). The global politics of water grabbing. *Third World Quarterly*, 34(9), 1651–1675.
- Glauser, M. (2009). *Extranjerización del territorio paraguayo*. Asunción.
- Goetz, A. (2013). Private governance and land grabbing: the Equator Principles and the roundtable on sustainable biofuels. *Globalizations*, 10(1), 199–204.
- Golay, C., & Biglino, I. (2013). Human rights responses to land grabbing: a right to food perspective. *Third World Quarterly*, 34(9), 1630–1650.
- GRAIN. (2016). *The global farmland grab in 2016: how big, how bad?* Barcelona.
- Hage, F. A. S., José, M. P., & Vieira Filho, E. R. (2012). Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: mais oportunidades do que riscos. *Revista de Política Agrícola*, 21(3), 107–127.
- Hall, D. (2013). Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. *Third World Quarterly*, 34(9), 1582–1604.
- Hall, R., Edelman, M., Borras, S., Scoones, I., White, B., & Wolford, W. (2015). Resistance, acquiescence or incorporation? an introduction to land grabbing and political reactions “from below.” *The Journal of Peasant Studies*, 42(3–4), 467–488.
- Herrera, J. A. (2016). A estrangeirização de terras na Amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. *Campo-Território*, 11(23), 136–164.
- Inoue, C., & Tickner, A. B. (2016). Many worlds, many theories? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59(2), 1–4.

- Kautsky, K. (1988). *The agrarian question: vol I*. London: Zwan Publications.
- Knuth, S. E. (2015). Global finance and the land grab: mapping twenty-first century strategies. *Canadian Journal of Development Studies*, 36(2), 163–178.
- Künnemann, R., & Monsalve Suárez, S. (2013). International human rights and governing land grabbing: a view from global civil society. *Globalizations*, 10(1), 123–139.
- Land Matrix. (2017). *Land Matrix: the online public database on land deals*.
- Landívar, N., & Llambí, L. (2016). Tierras, territorios y procesos territoriales: planteamientos teóricos y análisis de los procesos de acaparamiento de tierras y territorios en Ecuador con posterioridad al 2008. *Campo-Território*, 11(23), 76–115.
- Lenin, V. (2007). *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular.
- Leon, J. K. (2015). The role of global cities in land grabs. *Third World Quarterly*, 36(2), 257–273.
- Lima, T. (2014). Fome e Relações Internacionais: uma agenda oportuna para o Brasil. *Carta Internacional*, 9(1), 94–104.
- Lima, T., & Leite, A. C. C. (2016). Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? *Monções*, 5(9), 121–151.
- Luxemburgo, R. (1970). *A acumulação de capital - estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Mackey, L. (2011). Legitimizing foreignization in Bolivia: Brazilian agriculture and the relations of conflict and consent in Santa Cruz, Bolivia. In *International Conference on Global Land Grabbing* (p. 26). Sussex: Land Deals Politics Initiative (LDPI).
- Magalhães, B. P. (2008). *Política externa do Brasil em agricultura: o papel da Embrapa na cooperação técnica*. Brasília: UnB.
- Mann, S., & Bonanomi, E. B. (2017). Grabbing or investment? On judging large-scale land acquisitions. *Agriculture and Human Values*, 34(1), 41–51.
- Margulis, M., McKeon, N., & Borrás Jr, S. (2013). Land grabbing and global governance: critical perspectives. *Globalizations*, 10(1), 1–23.
- Margulis, M., & Porter, T. (2013). Governing the global land grab: multipolarity, ideas, and complexity in transnational governance. *Globalizations*, 10(1), 65–86.
- Mckay, B., Alonso-fradejas, A., Brent, Z., Sauer, S., & Xu, Y. (2016). China and Latin America: towards a new consensus of resource control? *Third World Thematics*, 1(5), 592–611.
- McKeon, N. (2013). “One does not sell the land upon which the people walk”: land grabbing, transnational rural social movements, and global governance. *Globalizations*, 10(1), 105
- Mcmichael, P. (2014). Rethinking land grab ontology. *Rural Sociology*, 79(1), 34–55.
- McMichael, P. (2009). A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36(1), 139–169. 4
- McMichael, P. (2013). Land grabbing as security mercantilism in international relations. *Globalizations*, 10(1), 47–64.
- Medeiros, M. de A., Barnabé, I., Albuquerque, R., & Lima, R. (2016). What does the field of International Relations look like in South America? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 59(1), 1–31.
- Milhorance, C. (2013). A política de cooperação do Brasil com a África Sub-saariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56(2), 5–22.
- Mora, S. (2016). China: cooperación Sur-Sur y land grabbing. Un análisis desde las resistencias sociales al proyecto Xai-Xai en Mozambique. *Conjuntura Austral*, 7(35), 95–113.
- Murmis, M., & Murmis, M. R. (2012). Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 417–438.
- OECD, & FAO. (2015). *Agricultural outlook 2015*. Paris: OECD Publishing.
- Oliveira, G. de L. T. (2016). Regularização fundiária e a “corrida mundial por terras” no Brasil. *Campo-Território*, 11(23), 43–75.
- Oliveira, A. U. de. (2010). A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária (USP)*, (12), 3–113.
- Oliveira, A. U. de. (2016). *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial.

- Oya, C. (2013). The land rush and classic agrarian questions of capital and labour: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. *Third World Quarterly*, 34(9), 1532–1557.
- Pedlowski, M. A. (2013). When the state becomes the land grabber: violence and dispossession in the name of “development” in Brazil. *Journal of Latin American Geography*, 12(3), 91–
- Peluso, N. L., & Lund, C. (2011). New frontiers of land control: introduction. *The Journal of Peasant Studies*, 38(4), 667–681.
- Pereira, L. I. (2015). Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas. *Revista NERA*, 29, 48–69.
- Pereira, L. I. (2016). Tudo para o capital transnacional: a apropriação de terras por estrangeiros no Paraguai. *Geografia Em Questão*, 9(2), 107–125.
- Pereira, L. I. (2017). Estrangeirização da terra: (des)construindo uma definição a partir da Geografia. *Revista NERA*, 20(36), 107–132.
- Pereira, L. I., & Pauli, L. (2016). O processo de estrangeirização da terra e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. *Campo-Território*, 11(23), 196–224.
- Perpetua, G. M., & Thomaz Junior, A. (2016). Revisitando o conceito de acumulação do capital: a pilhagem territorial promovida pela Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. *Campo-Território*, 11(23), 225–256.
- Pfrimer, M. H., & Barbosa Jr, R. (2016). (De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex. *Revista NERA*, 19(30), 66–87.
- Pfrimer, M. H., & Barbosa Jr, R. (2017). Neo-agro-colonialism, control over life, and imposed spatio-temporalities. *Contexto Internacional*, 39(1), 9–33.
- Piñeiro, D. E. (2012). Land grabbing: concentration and “foreignisation” of land in Uruguay. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 471–489.
- Pinto Neto, G. M. (2017). A solução é alugar o Brasil?: um estudo da atuação dos representantes do agronegócio na disputa normativa sobre a estrangeirização de terras no Brasil, 152.
- Pitta, F. T., & Mendonça, M. L. R. F. de. (2014). O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. *Mural Internacional*, 5(1), 46–55.
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. (2015). *A Empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões.
- Sassen, S. (2013). Land grabs today: feeding the disassembling of national territory. *Globalizations*, 10(1), 25–46.
- Sauer, S., & Borrás Jr, S. (2016). “Land Grabbing” e “Green Grabbing”: uma leitura da “corrida na produção acadêmica” sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território*, 11(23), 6–42.
- Sauer, S., & Leite, S. P. (2012). Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3–4), 873–898.
- Seufert, P. (2013). The FAO voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests. *Globalizations*, 10(1), 181–186.
- Silva, E. P. da, Magalhães, S. B., & Farias, A. L. A. de. (2016). Monocultivos de dendzeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. *Campo-Território*, 11(23), 165–195.
- Stephens, P. (2013). The principles of responsible agricultural investment. *Globalizations*, 10(1), 187–192.
- Tavares, F. M. M., & Oliveira, I. C. de. (2016). Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (19), 11–45.
- Urioste, M. (2012). Concentration and “foreignisation” of land in Bolivia. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 439–457.
- Vinha, J. F. de S. C., & Pereira, L. I. (2016). Estrangeirização de terras e a geopolítica da questão agrária: a a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. *Campo-Território*, 11(23), 257–284.
- Visentini, P. (2013). O Brasil reencontra o caminho africano. In *Sul-Sul, a África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação* (pp. 81–152). Porto Alegre: *Leitura XXI*.
- Warner, J. (2015). South-South cooperation: Brazilian soy diplomacy looking East? *Food Security*, 7(6), 1175–1185.
- Woertz, E. (2013). The governance of Gulf agro-investments. *Globalizations*, 10(1), 87–104.
- Wolford, W., Borrás Jr, S., Hall, R., Scoones, I., & White, B. (2013). Governing global land deals: the role of the state in the rush for land. *Development and Change*, 44(2), 189–210.